

Agrotóxicos são usados como arma química

Páginas 6 e 7

Invasão à Terra Indígena Wajãpi termina com cacique assassinado

Páginas 12 e 13

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 417 • Brasília-DF • Agosto 2019

I Marcha das Mulheres Indígenas Território: nosso corpo, nosso espírito

Reunidas em Brasília entre os dias 9 e 14 de agosto, milhares de mulheres indígenas protestaram pela garantia de seus direitos previstos na Constituição Federal

Páginas 8, 9, 10 e 11

Capitalismo na Amazônia, defendido pelo ministro do Meio Ambiente, chega ao Sudeste

Terça-feira, dia 20 de agosto de 2019, irá entrar para a história como um marco ambiental: quem no Sudeste e Sul acreditava que as queimadas na Amazônia brasileira, peruana e boliviana eram invenções de ONGs com intenções escusas, viu o dia virar noite às 15 horas da tarde. Não por conta de nuvens anunciando uma tempestade daquelas, mas pelo resultado do Dia da Queimada, realizado três dias antes em várias regiões da Amazônia, sobretudo no Pará e Rondônia, que levou à capital paulista uma densa massa de fumaça enredada a uma frente fria. Satélites fotografaram acentuada mancha branca e cinza avançando sobre estados ao sul do Brasil.

Dias antes o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (Novo/SP) declarou que a Amazônia só será preservada se forem encontradas “soluções capitalistas” que deem dinamismo econômico para a floresta e gerem renda para os cerca de 20 milhões de brasileiros que habitam a região. A floresta só interessa ao capitalismo de duas maneiras: com o mercado de carbono, e para isso é necessário manter ilhas de floresta de pé, ou derrubando a mata para aproveitar a madeira e o solo para o agronegócio, além da exploração desenfreada de recursos minerais e da água. O governo Bolsonaro, sem dúvida, opta pela segunda apropriação capitalista da Amazônia.

Mas sem dúvida os habitantes do Sudeste, mais de 80 milhões, depois do dia 20, terão pouquíssimos motivos para rir das bobagens do presidente Jair Bolsonaro, que orientou a população a “fazer cocô” dia sim, dia não para preservar o meio ambiente. Inúmeras postagens nas redes sociais mostraram água de chuva armazenada, cujas amostras foram colhidas no fim da tarde do dia

20, com uma coloração quase preta, em alguns casos de um verde bastante escuro. Era a água que caiu de nuvens misturadas com fumaça e detritos leves trazidos pelos ventos do Norte anunciando que se nada for feito de maneira imediata, o que ocorreu em agosto pode ser o prenúncio de um problema muito mais sério do que os “alarmistas” e as “ONGs picaretas” (palavras do presidente) dizem há algumas décadas.

Bolsonaro, com efeito, não se preocupa com absolutamente nada disso. Despreza o Estado, a democracia, a política, os povos indígenas e as comunidades tradicionais, o meio ambiente e a vida. Como as informações não o agrada, o presidente afirma ser tudo mentira; caso algum órgão oficial conteste, simples: ele exige a demissão do responsável que usa a ciência para tirar conclusões. O intuito de Bolsonaro na Presidência é garantir as reformas neoliberais e converter o Estado em mero aparato repressivo e controlador (o que revela outros interesses), trocando o caráter laico determinado na Constituição Federal pelo neopentecostal, tendo como narrativa clichês conservadores de balcão de padaria aos domingos. Dados são forjados pelo presidente e nada o para.

Salles aprendeu rápido: tratou a fumaça em São Paulo como “sensacionalismo ambiental” e “notícia falsa”. Ignorou os institutos de meteorologia, que explicam que a nuvem foi formada pelo encontro da fumaça oriunda de queimadas da região Amazônica do Brasil, Paraguai e Bolívia com uma frente fria que atingiu o Sudeste brasileiro. Pesquisas, estudos e imagens não valem mais que mil palavras para este governo baseado em acreditar apenas naquilo que suas mentes doentias projetam.

Porantimadas

Apreço por assassinos

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) fez um paralelo usando o Tratado de Tordesilhas para argumentar favoravelmente à legalização do garimpo em área indígena. O presidente já havia levantado a possibilidade de regulamentação da mineração em reservas indígenas. Em entrevista à jornalista Leda Nagle, o presidente justificou que a exploração do território brasileiro por bandeirantes ajudou na expansão das fronteiras do País.

Governo do século XIX

O Ministério Público Federal pediu à Justiça para rejeitar recurso da União contra sentença que tornou obrigatório o atendimento à saúde de 13 povos indígenas do oeste do Pará. A União apelou em julho, alegando que a sentença teria desconsiderado o “critério integracionista”. O MPF afirma que “não há nada mais anacrônico que a defesa desse argumento”. “Não foi a sentença que abandonou o paradigma integracionista, mas a própria Constituição Federal e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, esclarece o procurador da República Camões Boaventura.

Ataques químicos impunes

Já em Mato Grosso do Sul, o MPF estuda recurso contra decisão da 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados, que considerou improcedente a ação por danos morais coletivos no valor de R\$ 286.582,00 contra o piloto Laurentino Zamberlan, o proprietário rural Cleto Spessatto e a empresa Dimensão Aviação Agrícola LTDA. Eles são acusados de pulverizar agrotóxicos sobre a Terra Indígena Guyra Kambi’y, na região de Dourados (MS), em 6 de janeiro de 2015, afetando crianças e adultos da comunidade. Este ano, episódio similar ocorreu no tekoha - lugar onde se é - Guyraroka e na Terra Indígena Urubu Branco, no Mato Grosso. Os ataques químicos têm como objetivo tornar insustentável a vida dos indígenas nas terras cobiçadas e se escondem sob a alegação de pulverização legal de lavouras.



Projeto ruralista que legaliza arrendamento de Terras Indígenas tramita na Câmara

PEC 187, que também facilita exploração de recursos minerais e hídricos em terras demarcadas, pode ser votada da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

Por **Adi Spezia e Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação/Cimi

A bancada ruralista segue movimentando-se para desmontar os direitos constitucionais dos povos indígenas no Congresso Nacional. Desta vez, a investida ocorre por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2016, que pode ser pautada para votação a qualquer momento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Sob relatoria do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS), a proposta pretende alterar a Constituição Federal de 1988 para permitir a exploração de terras indígenas por não indígenas. O projeto busca legalizar o arrendamento das terras demarcadas, por meio do que é chamado pelos ruralistas de “parcerias agrícolas e pecuárias”.

Além disso, a PEC, conforme o relatório de Moreira, também abre caminho para a exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas e retira a autonomia dos povos para decidir sobre o uso de seu território.

Apresentado em 2017 e arquivado ao fim da última legislatura, o parecer de Alceu Moreira foi desarquivado no início deste ano e chegou a ser colocado em votação na última sessão da CCJC, no dia 13 de agosto. Após acalorada discussão, foi concedida vista conjunta a todos os membros da Comissão, o que adiou a votação por uma semana.

Terminado o período de vista, o relatório chegou a ser reinserido na pauta de votação da reunião da CCJC no dia 20 de agosto, mas foi retirado. Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido votada.

Se aprovado o relatório ruralista, o próximo passo é a criação de uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar a PEC. Depois disso, ela ainda teria que passar pela votação em dois turnos no plenário da Câmara, onde precisa de pelo menos 308 votos, para então avançar ao Senado, onde também necessita da aprovação de dois terços dos senadores em outros dois turnos de votação.

Exploração por terceiros e desrespeito à autonomia

O parecer defendido pelo ruralista Alceu Moreira trata, de forma conjunta, de duas propostas: a PEC 187/2016 e a PEC 343/2017, que tramita pensada à primeira. No conjunto, elas pretendem alterar o artigo 231 da Cons-



Durante o Acampamento Terra Livre (ATL) 2019, movimento indígena fez várias incursões no Congresso Nacional

“É uma proposta extremamente grave e agressiva aos direitos indígenas, pautada pelos interesses do agronegócio”

fazendeiros, sem participação dos indígenas. Com isso, avalia a assessoria jurídica do Cimi, a proposta traz uma visão integracionista e “restitui a figura da tutela já superada pela Constituição de 1988, violando a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas”.

O direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, é ignorado neste e em outros aspectos da proposta, que deixa de exigir a autorização do Congresso Nacional para a mineração e o uso de recursos hídricos dentro dos territórios indígenas.

De forma ambígua, a proposta ainda abre a possibilidade de “transferência total ou parcial” das terras indígenas a terceiros, desde que conte com “prévia anuência do poder concedente” – no caso, a Funai.

Na avaliação da assessoria jurídica do Cimi, os direitos reconhecidos aos povos indígenas na Constituição Federal são cláusulas pétreas, estão interligados e não podem ser considerados de forma isolada.

“O artigo 231, especialmente, traz diversos elementos que abrangem a coletividade dos povos indígenas, suas

formas de vida e de organização social. O usufruto exclusivo das terras indígenas, um direito originário, é essencial para garantir esse modo de vida. Esses itens não podem ser analisados isoladamente um do outro”, avalia Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Cimi.

“É uma proposta extremamente grave e agressiva aos direitos indígenas, pautada pelos interesses do agronegócio. Esperamos que os povos consigam fazer frente e impedir que mais esse ataque aos seus direitos seja efetivado pelos ruralistas em nosso país”, avalia o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto.

As deputadas Joênia Wapichana (Rede-RR) e Talíria Petrone (Psol-RJ) apresentaram votos em separado na

CCJC, nos quais caracterizam a proposta ruralista como inconstitucional e defendem sua inadmissibilidade.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) já se manifestou diversas vezes contra as tentativas de liberar o arrendamento de terras indígenas ao agronegócio, posição reforçada no documento final do último Acampamento Terra Livre.

A I Marcha das Mulheres Indígenas, que reuniu cerca de três mil participantes em Brasília, defendeu em seu documento final o direito “à posse plena de nossos territórios”, reafirmando a luta contra a mineração, “o arrendamento e a cobiça do agronegócio e as invasões ilegais que roubam os nossos recursos naturais e os utilizam apenas para gerar lucro, sem se preocupar com a manutenção da vida no planeta”.

Investidas sucessivas

No ano passado, os ruralistas tentaram aprovar na mesma Comissão o Projeto de Lei (PL) 490, que também propunha o desmonte do direito dos povos indígenas à demarcação e ao usufruto de suas terras tradicionais, inviabilizando novas demarcações e abrindo terras já demarcadas para a exploração econômica.

Com muita mobilização, os povos indígenas e seus aliados conseguiram barrar, ao menos por enquanto, a tramitação da proposta. Agora, os ruralistas buscam avançar com a PEC 187.

“Um projeto de lei é mais frágil do que uma PEC, e sua inconstitucionalidade é mais flagrante. Os ruralistas, sentindo-se fortalecidos por um governo anti-indígena e favorável a suas demandas, decidiram mudar a estratégia e voltar a tentar alterar a Constituição”, analisa Buzatto.

“Não queremos arrendamento”: indígenas de Rondônia manifestam-se contra PEC 187

Lideranças indígenas de 17 povos do Estado de Rondônia manifestaram-se na Câmara dos Deputados, no dia 20 de agosto, contra a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187, que pretende liberar o arrendamento de terras indígenas e abre caminho para a exploração de “recursos hídricos e minerais” em áreas demarcadas.

Os ruralistas pressionaram para que a proposta fosse incluída na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) que ocorria nesta tarde (20), e os indígenas aguardaram por cerca de uma hora do lado de fora do prédio,

impedidos de entrar. Ao fim da reunião, as lideranças pediram ao presidente da Comissão, Felipe Francischini (PSL-PR), que retire a PEC 187 de pauta.

“Esse vermelho aqui na minha mão é o sangue do nosso povo indígena”, afirmou a indígena Hozana Puruborá, enquanto pintava as mãos de Francischini com urucum. “Se o senhor deixar aquela PEC 187 ser aprovada, isso aqui vai ser o sangue do nosso povo que vai ser derramado no chão, mais do que já é”.

Francischini recorreu ao argumento de que a proposta trará autonomia aos povos

indígenas, o que é uma falácia: o parecer do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) sobre a PEC 187/2016 prevê que as “parcerias” de arrendamento seriam acordadas entre fazendeiros e Funai, sem participação dos indígenas. Além disso, a Constituição Federal não proíbe os indígenas de produzirem em suas terras – e os povos o fazem, em todo o país, com roças nas quais trabalham de acordo com seus próprios costumes e tradições.

“Nós estamos com a terra dos nossos irmãos Uru-Eu-Wau-Wau invadida, estamos com a terra dos nossos irmãos Karipuna

invadida. Se essa PEC for aprovada, acabou-se”, prosseguiu a Puruborá. “Queremos nossa terra livre para nós. Não invadida por fazendeiro, não invadida por madeireiro. Não queremos arrendamento”.

O presidente da CCJC comprometeu-se a receber as lideranças indígenas para uma audiência ainda nesta tarde, mas a reunião acabou cancelada. Por outro lado, o parecer do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) sobre a PEC 187/2016 foi incluído na pauta de votação de uma reunião extraordinária marcada para o dia 21 de agosto, sem horário para iniciar. ♦

Força-Tarefa Amazônia denuncia nove pessoas por invasão e loteamento da Terra Indígena Karipuna

Por Assessoria de Comunicação - Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia

Nove pessoas e duas empresas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF) pelos crimes de organização criminosa, estelionato, invasão para ocupação de terras da União, desmatamento sem autorização e lavagem de dinheiro. A denúncia é resultado de uma investigação sobre invasão e loteamento de áreas da Terra Indígena (TI) Karipuna.

Consta na denúncia que as investigações tiveram início após a prisão em flagrante de três homens dentro da TI Karipuna, quando estavam construindo um imóvel de forma irregular. Na ocasião, eles informaram que compraram terrenos no interior da terra indígena por intermédio de pessoas ligadas a uma associação de produtores rurais, bem como de um advogado de Porto Velho, com a falsa promessa de regularização dos lotes. Os três homens estão respondendo à Justiça por invadir, com intenção de ocupar, terras da União.

O mesmo relato de loteamento da TI Karipuna foi feito por outras pessoas flagradas dentro da área. Essas pessoas narravam histórias semelhantes e alegavam que havia boatos de que a terra seria regularizada, que não era mais terra indígena e que as invasões ocorriam por todas as linhas (estradas) existentes para a região. Alguns dos invasores foram pegos abrindo “picadas” (pequenos caminhos), marcando lotes ou até mesmo construindo moradias.

Segundo esses relatos, o valor de cada lote era de 9,5 mil reais, além de uma taxa mensal paga à Associação dos Produtores Rurais de Boa Esperança (Asprube), do distrito de União Bandeirantes, área próxima à TI Karipuna. Um laudo pericial da Polícia Federal descreve – com apresentação de imagens dos locais, nas quais se identifica grandes áreas desmatadas – construções e outros elementos que evidenciam a existência de loteamento da área para ocupação humana. Segundo este laudo, o acesso se dá por meio da estrada de chão denominada “linha PO”, onde existem desmatamentos da vegetação nativa para a substituição da floresta por áreas destinadas à agropecuária.

Dados do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) apontaram que a área desmatada na TI Karipuna entre



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Liderança Karipuna observa acampamento abandonado por invasores no interior da Terra Indígena, em Rondônia

“Segundo o MPF, o ‘modus operandi’ de sua organização criminosa segue ‘receita’ já conhecida em outras invasões em Rondônia”

2016 a 2017 foi de 1.195,34 hectares e que entre 2017 a 2018 houve um salto para 4.191,37 hectares desmatados. A avaliação financeira do dano ambiental foi calculada em mais de R\$ 22 milhões. Para o MPF, o valor pode ser ainda maior, porque houve corte raso de toda a vegetação e não apenas corte seletivo das árvores de maior valor comercial.

Segundo a denúncia, a organização criminosa atuava na grilagem de lotes no interior da TI Karipuna por intermédio da

Asprube e da prestação de serviços da empresa de georreferenciamento Amazon Gel. Para o MPF, a Asprube foi criada com o único objetivo de angariar o maior número possível de interessados em adquirir terras no interior da terra indígena, sob a falsa promessa de regularização da área, em vista da impossibilidade jurídica de titular terras indígenas e unidades de conservação, independente do momento da invasão da área.

Ediney Holanda Santos é apontado na denúncia como líder da organização criminosa. Ele coordenava as atividades de comercialização dos lotes e as invasões, além de atuar na articulação política. Segundo o MPF, o “modus operandi” de sua organização criminosa segue “receita” já conhecida em outras invasões em Rondônia:

criação de uma associação que pleiteia a regularização de vastos territórios no interior de terra indígena ou unidade de conservação; emprego de “especialista” em georreferenciamento para promoção do parcelamento dos lotes, com demarcação e fixação das divisas; apelo a supostos instrumentos jurídicos (títulos “podres” do Incra, CAR, alusão a programas de regularização de posse etc.), os quais confeririam aparência de legalidade e transmitiriam a ideia de que a posse estaria em curso de ser regularizada; cooptação de interessados, principalmente

na própria região, que pagariam pelo simples fato de estarem associados, pela compra dos lotes ou por serviços de regularização e, ainda, pelo georreferenciamento e colocação de marcos nos lotes.

Da análise dos documentos apreendidos com a deflagração da Operação S.O.S. Karipuna, verificou-se que Ediney Holanda Santos aplicava golpes também em outras regiões, como Rio Pardo, Nova Mamoré, Ouro Preto do Oeste e na Floresta Nacional do Bom Futuro. Dentre os documentos apreendidos, foram encontrados alguns relacionados ao “Novo Estatuto da Associação dos Produtores Rurais de Jacinópolis” e uma cópia da Lei estadual 1.146, de 12 de dezembro de 2002, que altera os limites do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Ele, sua companheira Cristiane Gomes da Silva e outros três denunciados (Antônio Machajeski, Sirlene Oliveira da Silva e Margarethi Alves) respondem pelos crimes de organização criminosa, estelionato, invasão de terra da União, exploração econômica de floresta em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente e lavagem de dinheiro. Os demais denunciados (José Pinheiro, Sebastião Quintino Alves, Aparecido Quintino Alves e Abraão de Oliveira Brito) respondem pelos mesmos crimes, exceto por lavagem de dinheiro. Também foram denunciadas pelo MPF as pessoas jurídicas Asprube e Amazon Gel. ♦

A verborragia do inquilino do Planalto não tem limites

Por Roberto Antonio Liebgott*, coordenador do Cimi Regional Sul

Há um ditado popular que diz: “as pessoas falam daquilo que a cabeça está cheia”. Também, no mesmo sentido, há dizeres populares que fazem críticas às pessoas quando falam sempre sem pensar, refletir ou da boca pra fora. Um deles diz: “essa pessoa só fala ‘m’”; ou “só fala abobrinha”; ou “lá vem ele falar ‘m’ de novo”!

Ouvindo as entrevistas e pronunciamentos do inquilino do Palácio do Planalto, tem-se a impressão de que se trata de uma pessoa desequilibrada. Provocado por uma pergunta que não o agrada, sai logo esbravejando algum impropério ou ataca os meios de comunicação. Nas últimas semanas, o ocupante do Palácio do Planalto, vem piorando suas aparições públicas, com falas de baixo calão e até mesmo vexatórias: “É só você deixar de comer menos um pouquinho. Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não que melhora bastante a nossa vida também, está certo?”

Segundo José Simão, colunista da Folha de São Paulo, os filhos de Bolsonaro deveriam, por ocasião do dia dos pais, dar a ele de presente “uma latrina”.

Se fizermos uma retrospectiva das falas do ocupante do Palácio do Planalto, vamos notar que ele soltou menos impropérios no período em que convalescia da tal “facada” e quando utilizava a bolsa de colostomia. Coincidência ou não, foi o período em que os filhos Zero 1, Zero 2 e Zero 3 mais falavam, mas também com falas impróprias para pessoas públicas. Deve estar no DNA da família.

Restabelecido de sua saúde, o ocupante do Palácio do Planalto, de pronto, começou a postar vídeos, como o seu tweet com o ‘golden shower’, divulgado durante o carnaval, não parando mais de proferir suas infundáveis falas deploráveis. O inquilino do Planalto se irrita mesmo quando os assuntos são armas, milícias, meio ambiente, índios, demarcação de terras e laranjas. Temas que o afetam por demais. Quando perguntado sobre qualquer destes assuntos, perde a estribeira e abre a boca para proferir obscenidades.

No dia 12 de agosto, por ocasião da inauguração de um trecho de duplicação da BR-116, no Rio Grande do Sul, que, aliás, já estava quase pronto há pelo menos três anos, disse, e não se sabe bem o por quê, que onde há um cocozinho de índio petrificado não se pode construir nada

e que os índios precisam ser integrados à sociedade para desenvolver o país.

É impressionante como o inquilino perde a noção da realidade quando trata de temas aos quais abomina ou ignora, desde quando era deputado. Ele avacalha e esculhamba com a liturgia dos cargos: seja no parlamento ou agora a Presidência da República. Possivelmente não sabe o que significa a palavra decoro. Ele envergonha até seus aliados. Poucos querem estar ao seu lado durante as entrevistas porque todos passam vergonha. Já é perceptível que nas “lives” que vem fazendo, coloca ao seu lado dois ou três bajuladores que riem e aplaudem as imbecilidades que profere como plateia idiotizada.

Pobre de alma e de espírito, o inquilino se deixa conduzir por aquilo que toma o espaço de seu cérebro. Do cocô do ocupante do Palácio ao índio e ao meio ambiente se percebe que no Brasil os caminhos da política, da economia e da justiça parecem sombrios e com efeitos irreversíveis à sociedade, aos povos indígenas e à natureza. ♦

* Roberto Antonio Liebgott é formado em filosofia e direito.

STF mantém demarcações na Funai e impõe derrota ao governo Bolsonaro

Por Adi Spezia, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Por unanimidade, 10 votos a 0, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde de 1º de agosto, decidiu manter a demarcação das terras indígenas com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o órgão, por sua vez, sob a competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O julgamento marcou a retomada das atividades da Suprema Corte, após um mês de recesso, e impôs nova derrota política ao governo de Jair Bolsonaro.

A decisão marca ainda as constantes tensões entre o Congresso Nacional, STF e governo, evidenciadas no pronunciamento do relator, ministro Luís Roberto Barroso, quando assegura que “à Funai, vinculada ao Ministério da Justiça, é quem cabe o papel de demarcação de terras indígenas. Há matérias em que vigoram as escolhas políticas dos agentes eleitos, e há matérias em que prevalecem a Constituição”.

Na Medida Provisória (MP) 870/2019, editada pelo governo de Jair Bolsonaro no primeiro dia do ano, que estabeleceu à gestão que se iniciava “a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, a atribuição de demarcar as Terras Indígenas foi transferida para a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sob o comando da ruralista Tereza Cristina (DEM/MS), egressa da bancada ruralista da Câmara Federal. A Funai, por sua vez, foi vinculada ao recém-criado Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos.

No dia 29 de maio, perto do encerramento do prazo legal de validade da MP, o Senado Federal ratificou a decisão dos deputados federais, tomada uma semana antes em votação do Plenário, e as demarcações voltaram à Funai e o órgão ao Ministério da Justiça. Contrariado com a derrota, Bolsonaro baixou nova MP com os mesmos encaminhamentos da anterior. Quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 6062, 6172, 6173 e 6174) foram ajuizadas pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Rede Sustentabilidade, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Todas junto ao STF.

Durante o pronunciamento de voto, a ministra Carmen Lúcia destacou a responsabilidade da Corte ao votar esta medida provisória, devido a importância do tema, definido por ela como “particularmente e sensivelmente importante para a sociedade brasileira”. A instabilidade gerada por essas indefinições tem consequências reais aos povos indígenas, defendeu a ministra.



Foto: Adi Spezia/Cimi

A decisão marca as constantes tensões entre o Congresso Nacional, STF e governo

“Há matérias em que vigoram as escolhas políticos dos agentes eleitos, e há matérias em que prevalecem a Constituição”

A invasão da Terra Indígena Wajãpi e o assassinato do cacique Amyra Wajãpi, no Amapá, rendeu atenção à ministra. “No último sábado (27 de agosto), nós tivemos um gravíssimo problema no estado do Amapá, com índios em terras demarcadas sendo afrontadas”. Nos dias que seguiram à invasão da Terra Indígena, a dificuldade era saber quem seria o órgão responsável e onde estaria enquadrado este órgão para tratar da matéria. “Fui chamada umas duas vezes e ficou extremamente difícil de saber a quem acionar, uma vez que na região só se chega por via aérea ou fluvial, e só se entra em Terra Indígena demarcada (...) com ordem judicial. Foi um dia extremamente difícil que chegou até a morte do cacique e líder da aldeia”, completa a ministra Carmen Lúcia.

Na tribuna do STF

O advogado do PSB, Daniel Sarmento, partido que propôs a ADI de nº 6.062, fez uso da tribuna no pleno do STF para a sustentação oral afirmando que a decisão de Bolsonaro pela nova MP atenta contra a Constituição Federal. Após a decisão do STF, Sarmento avalia: “(foi) unânime (...) o Supremo coloca claramente um limite no governo. Vários ministros (se) referiram ao fato (de) que o direito fundamental dos povos indígenas ao seu território é um direito que tem que ser salvaguardado, e que não está à disposição do governante de ocasião”.

Com a decisão, o STF esclarece o vínculo da Funai com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e não ao Ministério da Agricultura, como a Advocacia-Geral da União (AGU) vinha sustentando. “Hoje houve uma dupla vitória, onde foi referendada a liminar mantendo a competência da Funai na demarcação das Terras Indígenas e também porque foi assentada e integração da Funai na estrutura do Ministério da Justiça, como já tinha decidido o Congresso Nacional”, explica Sarmento.

Para os povos indígenas, a decisão tomada pelo pleno da Suprema Corte representa o fortalecimento da luta pelo acesso à Justiça e pelo direito fundamental à terra. O advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Rafael Modesto explica haver um conflito de interesses em jogo neste julgamento. “Havia claro conflito de interesses ao propor que a demarcação das Terras Indígenas ficasse sob a administração do Ministério da Agricultura, chefiada por uma pessoa ligada ao agronegócio”, esclarece.

Após essa fase, onde ainda se discute a medida liminar, haverá a instrução do processo, ou seja, é a fase que começa a reunir as provas, ouvir as partes interessadas e juntar documentos, explica Modesto. O Cimi tem acompanhado o caso no Supremo e solicitou habilitação como *Amicus Curiae*, ou seja, amigo da corte, e aguarda a análise do ingresso no caso. Nesta condição, caso ela se confirme, a entidade deverá acompanhar o processo até o seu encerramento, ajudando no esclarecimento dos fatos, para se chegar a uma decisão que respeite a Constituição Federal de 1988. ♦

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco
 Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80
 Ass. dois anos: R\$ 130
 América Latina: US\$ 55
 Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Tem veneno no conflito

Em Confresa (MT), chuva de veneno expulsa agricultores familiares e polui as águas do território indígena Urubu Branco, onde vive uma comunidade de 800 pessoas. A reportagem especial da Agência Pública será publicada pelo Porantim em duas partes

Diversos córregos passam pela plantação de soja, sendo contaminados pelos agrotóxicos, e depois entram no território indígena

Por **Julia Dolce**, para a Agência Pública

“A senhora pode aguentar tudo, resistir à pressão de todo o tipo, mas quero ver aguentar o veneno”, ouviu Valdiva de Oliveira e Silva, hoje com 66 anos, de um funcionário de “Gilbertão”, que queria expulsá-la de seu lote, no assentamento Gleba Novo Horizonte, em Confresa, Mato Grosso. O grileiro Gilberto – preso por grilagem, ameaça e uso de violência em 2009 – foi certo na previsão. A agricultora, uma liderança conhecida por suportar as ameaças de morte e agressões físicas de capangas, acabou vencida pela chuva de agrotóxicos despejada pelas produtoras de soja sobre os pés de pequi e laranja que lhe davam o sustento – quando as vacas começaram a morrer, ela foi a última a deixar a casa na comunidade de 80 famílias.

“Só não resisti ao veneno. Eu fiquei com a terrinha de 36 alqueires, no meio de uma área de 16 mil hectares de lavoura de cana. Era avião o dia inteiro, jogando inseticida, herbicida. Eles usavam de estratégia, minha área virou ponto de manobra do avião, ele fazia o retorno em cima da minha terra. O vento puxava o veneno e vinha uma chuva em cima de nós”, relata.

O canavial deu lugar às plantações de soja da Agropecuária Três Flechas sem que Valdiva conseguisse reaver o prejuízo – ela chegou a registrar Boletim de Ocorrência (BO) na delegacia de polícia de Confresa, mas nada aconteceu. O filho Moisés, então adolescente, passou a sofrer de uma alergia que perdura até hoje. Em 2015, foi por fim assentada na Gleba Independente I, também na zona rural de Confresa. Mas não conseguiu fugir do veneno. Quando mudou para lá, as comunidades da região já sofriam com a deriva (a aplicação do produto

que se desvia do alvo) do glifosato, o agrotóxico mais utilizado pelo agronegócio brasileiro. A fazenda Luta, a maior produtora de soja transgênica da região, fica a apenas 4 km de sua casa.

Valdiva conta que já sabia que seria cercada pela soja. “E sei também que daqui a dez anos esses assentamentos onde estamos, onde tiver terra plana que dá para virar soja, vai virar. Não sei como vamos viver. Aqui já sentimos os efeitos, não sei se é da Luta, se é da fazenda que fica aqui atrás. Mas a mandioca embola o olho todinho, fica empedradinho. As plantas murcham, quebram, endurecem e não voltam mais”, enumera.

Cerca de 90% do território do município de Confresa é formado por assentamentos rurais, segundo a prefeitura. As quatro feiras semanais de alimentos, produzidos por quase 6 mil famílias assentadas, movimentam uma renda de R\$ 3 milhões por ano. Nas palavras do secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo de Confresa, Iranilto de Matos Rodrigues, é essa renda que “faz a cidade girar”.

Ele próprio assentado e ex-executor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Araguaia, Rodrigues destaca que a deriva dos agrotóxicos da fazenda Luta preocupa ainda mais porque ela fica “quase dentro” da sede do município e “na divisa com os índios”. Ele se refere à fronteira da Luta com a Terra Indígena (TI) Urubu Branco, um grande retângulo de floresta transitória entre o cerrado e a mata amazônica que o povo Apyãwa, conhecido como Tapirapé, luta para preservar.

Os indígenas se queixam principalmente da poluição das águas, já que os ribeirões passam pela fazenda antes de se juntarem no córrego da Onça, no território deles. “Eles têm reclamado, os agricultores têm reclamado, nossos

O povo Apyãwa, conhecido como Tapirapé, tem reclamado da contaminação por agrotóxicos, devido à proximidade de seu território com uma fazenda de soja

técnicos que têm propriedades lá ao redor também têm reclamado. Temos que achar uma forma mais pacífica de conviver, principalmente porque aqui acabam usando bastante a pulverização aérea”, diz o secretário.

O padre Alex Venuncio Gonçalves, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Alto Araguaia, que há anos acompanha os conflitos fundiários resultantes da expansão da soja na região, faz uma denúncia ainda mais grave. Segundo ele, a pulverização tem sido utilizada como forma de expulsar os agricultores familiares, como aconteceu com Valdiva. “Num primeiro momento, foi a luta armada, pistoleiros. Depois, veio uma intensa judicialização, que frequentemente prejudicava os pequenos agricultores. Hoje temos uma guerra química: as derivas de veneno cumprem essa função, porque vão acabando com as produções dos camponeses, gerando uma situação de empobrecimento e pressionando-os a negociar seus lotes e sair”, diz.

A engenheira agrônoma Polyana Rafaela Ramos, professora do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), também alerta para a seriedade da situação. “Já ouvi muitos casos, a maioria dos assentamentos menores, que têm terras boas para o agronegócio, tem passado por isso. Eles ameaçam de forma velada ou diretamente com o veneno, vão comprando propriedades ao redor, e quem aguenta? Com gado morrendo, plantação morrendo, perdendo a saúde?”, questiona.

A fazenda Luta

Em janeiro de 2015, quando Valdiva deixava sua terra para ser reassentada na Gleba Novo Horizonte, três de seus futuros vizinhos registravam um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil de Confresa contra a fazenda Luta por abandono de substâncias tóxicas nocivas ao meio ambiente, delito previsto na Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 2.848/40). Argildo Jornooki, conhecido como Russo

por sua ascendência eslava, reclamava a perda do mandiocal, da plantação de jaca e abacaxi, que há 32 anos cultivava no lote de 13 hectares a 800 metros da sede da fazenda Luta. O apicultor Silvestre, seu irmão e vizinho, também atribuiu à deriva do veneno da soja a morte das abelhas e a drástica redução da produção do mel, sua principal fonte de renda. O produtor José Valdir Duarte trazia o prejuízo no corpo, com problemas de pele causados pela deriva da pulverização aérea.

Um ano antes Russo, Silvestre e outros mais de 40 produtores do assentamento se reuniram para reclamar da deriva dos agrotóxicos a representantes da fazenda Luta. O veneno passou a afetá-los em 2013, exatamente quando a fazenda iniciava o plantio de soja nos 40 mil hectares comprados em 2012 da antiga Destiladora Gameleira, que foi à falência depois do resgate de 1.400 trabalhadores em trabalho análogo à escravidão. O gerente da fazenda Luta, Fernando Luiz Canan, genro do proprietário, Vítor Elísio Poltronieri, fez então um acordo informal com os agricultores. Russo diz que recebeu R\$ 40 mil da fazenda, e o irmão, R\$ 2 mil, além da promessa do gerente de que a deriva dos venenos seria controlada. Mas no ano seguinte a deriva foi ainda mais forte e o prejuízo maior, como vem ocorrendo até agora, dizem os agricultores.

Entre as propriedades que detinha na região, antes de comprar as terras da Gameleira, o catarinense Vitor era dono da madeireira Poltronieri Madeiras, no município de Sinop, e de uma transportadora, processada em 2009 e condenada em primeira instância por transporte irregular de madeira (o empresário recorreu e o processo está na Turma Recursal Única de Cuiabá). Poltronieri também foi processado pelo Ministério do Meio Ambiente acusado de desmatar 2.838,58 hectares no município de Ipiranga do Norte (MT) (condenado por Dano Ambiental em primeira instância, ele recorreu, e o processo está suspenso). A família tem fazendas em Ipiranga e em Sinop, onde o seu genro e gerente, Fernando Canan, foi condenado em outubro de 2018 em um processo administrativo por desmatar mais de 500 hectares de vegetação nativa.

De acordo com um ex-funcionário da fazenda Luta, que pediu para não ser identificado pela reportagem, era Fernando que comandava as pulverizações de agrotóxicos, embora a legislação exija que esse trabalho seja feito por um engenheiro agrônomo. O funcionário, que trabalhou na fazenda entre 2014 e 2018, disse que, embora as propriedades da família Poltronieri no Mato Grosso sejam supervisionadas por um mesmo engenheiro agrônomo, ele raramente acompanhava a fazenda Luta. “Eles [o gerente e o agrônomo] se comunicavam por e-mail, mas quase o ano todo quem determinava as aplicações era o Fernando”, na dosagem que “era conveniente para ele” e sem “seguir regras”, afirmou.

A Agência Pública teve acesso a uma perícia do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (Indea),



Criança Tapirapé mergulha em ribeirão próximo à fronteira da T.I. Urubu Branco com a Fazenda Luta

de fevereiro de 2015, em que o engenheiro agrônomo e fiscal Kleube Pereira de Souza constatou a “utilização de agrotóxicos em desacordo com as recomendações constantes”, em receitas assinadas pelo agrônomo responsável pela fazenda Luta. “Os produtos Zapp QI 620, Nomolt 150 e Talstar 100 foram aplicados com dose ou cultura em desacordo com o recomendado.” O primeiro produto, patenteado pela Syngenta, é um herbicida classificado pela Associação Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como pouco tóxico. O segundo e o terceiro são inseticidas, respectivamente classificados como pouco e medianamente tóxicos.

A fazenda Luta não retornou as tentativas de contato presencial, telefônico e por email da Pública, que também não conseguiu falar com o proprietário da fazenda, Vítor Poltronieri, nem com o gerente, Fernando Canan. Em declaração anexada na ação civil pública aberta pelo Ministério Público Federal (MPF) em decorrência das denúncias dos agricultores, o advogado da fazenda Luta, Mário Sérgio dos Santos Ferreira Júnior, afirma que as aplicações feitas em torno dos agricultores se limitaram a fungicidas, e não herbicidas, o que impossibilitaria os danos alegados.

Evidências e lapsos

Amargando os prejuízos na roça e na saúde, os agricultores voltaram a procurar a Luta no ano seguinte. Dessa vez, ouviram que não tinham como provar que o prejuízo era causado pela fazenda e que, se quisessem reclamar, que entrassem na Justiça. Foi quando eles lavraram o BO, que não resultou em nenhuma investigação. Procuraram então

um advogado, mas, segundo eles, ninguém queria pegar o processo. “Todo mundo tinha medo [da fazenda Luta], eles são grandes”, diz Russo.

Finalmente, em setembro de 2017, o advogado Luiz Octávio Moraes Martins aceitou representar o caso, e o inquérito policial 91.371 foi aberto para investigar as denúncias na Polícia Civil de Confresa. Em maio deste ano, a investigação chegou ao gabinete do juiz do Fórum da Comarca de Porto Alegre do Norte, segundo informou a assessora do juiz. Possivelmente, porém, o caso será arquivado, como recomenda uma minuta do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE) anexada ao processo consultado pela Pública no Fórum de Porto Alegre do Norte. A justificativa do MPE é que não “se vislumbra comprovação da materialidade delitiva”, já que não houve laudo pericial para atestar as denúncias.

Pela mesma razão, o inquérito civil sobre o caso, aberto paralelamente ao inquérito policial, também em 2017, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Porto Alegre do Norte foi arquivado em maio deste ano. O promotor Marcelo Rodrigues Silva pediu arquivamento por ausência de laudo de dimensão dos prejuízos ambientais e do auto de infração. Segundo

o promotor, “diante do lapso temporal decorrido” qualquer tentativa de apuração dos fatos seria “frustrada”.

No processo consultado pela Pública, porém, há laudos periciais feitos pelo Indea, comprovando sintomas de contaminação nas plantas dos agricultores. “Esses sintomas assemelham-se à fitotoxicidade ocasionada por herbicidas sistêmicos”, afirma o documento, assinado pelo engenheiro agrônomo Reinaldo Moraes da Silva.

Mas, segundo o MPE, para que o processo fosse adiante, o advogado das partes teria que ter pedido perícia à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), o que não fez. A Pública procurou Luiz Otávio Moraes Martins, mas ele não quis falar com a reportagem.

Para Russo, as provas do caso são “visíveis”. “Tem foto, testemunha, tá tudo bem montado. Mas não se acredita, não.” Em um grande espaço de seu lote, o agricultor deixa os restos do abacaxi que não vingou como prova da intoxicação. “Sempre achei

que alguém fosse vir ver.”

A engenheira agrônoma Polyana Rafaela Ramos, professora do IFMT, diz que a irresponsabilidade na aplicação de agrotóxicos nas fazendas é o mais comum. Mas, mesmo quando a pulverização é feita com cuidado, a deriva é inevitável, destaca. “Se não fizer as precauções, ela vai atingir velocidade e distâncias maiores, mas sempre vai existir. Aqui na região venta bastante, a deriva chega a quase 30 km. Não tem como controlar, mesmo com trator. Você diminui, mas acabar não acaba, é mentira”, afirma, categórica.

Continua na edição de setembro do Porantim.



A T.I. Urubu Branco faz fronteira com a Fazenda Luta



A fazenda, na imagem, fica próxima à BR-158, conhecida como uma das estradas da soja do país



Amor é o que move as mulheres em luta

Em duas inéditas marchas, indígenas, camponesas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, sem-terra e mulheres de diversas outras comunidades tradicionais de todo o país pararam Brasília em defesa da VIDA!

Por **Patrícia Bonilha**, da Assessoria de Comunicação do Greenpeace

O país nunca havia vivido um momento como este. Na manhã do dia 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas, três mil mulheres deixaram suas casas e aldeias, despediram-se de seus filhos, netos, maridos e das – muitas vezes extensas – famílias e seguiram para um mesmo destino: Brasília, a capital do país. Com o propósito de realizarem a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, elas compartilhavam também uma necessidade essencial: a de lutar pela VIDA, pelos seus territórios e pelos direitos originários e constitucionais que garantem a continuidade de suas existências, respeitando a pluralidade de seus povos e modos de vida.

Após dias em ônibus, barcos e carros para chegar ao ensolarado e seco Planalto Central, com suas pinturas faciais e corporais, seus trajes tradicionais e munidas de seus maracás, essas mulheres indígenas, representantes de cerca de 110 povos, ocuparam os gramados da Funarte, onde estavam acampadas, e a Esplanada dos Ministérios evocando diversos cantos e danças rituais. Produzia-se, assim, uma incrível e singular vivência em que as mulheres comparti-

lhavam entre si a ancestralidade de suas diversas civilizações.

“Este encontro nos fortalece tanto na espiritualidade como na política”, revelou Eunice Kerexu, do povo Guarani-Mbyá, ex-cacica da Terra Indígena Morro dos Cavalos, de Santa Catarina. Era disso mesmo que se tratava, um histórico e inédito ato político, independente de partidos, focado na defesa dos direitos dos povos originários do Brasil.

Com o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, as mulheres exigiram que a grave ofensiva aos seus direitos em curso seja interrompida, que a demarcação e efetiva proteção aos seus territórios sejam garantidas e que cada um de seus modos de vida tradicionais sejam respeitados. “Não aceitaremos nenhuma política genocida, etnocida ou ecocida. Em nome da nossa ancestralidade, da nossa Mãe Terra e de toda a vida, seremos sempre mulheres de resistência”, bradou Sônia Guajajara do caminhão de som, na frente do prédio do Ministério do Meio Ambiente.

Sementes de inspiração

No dia 14 de agosto, cerca de 100 mil mulheres, vindas de todos os estados do país, uniram suas vozes às indígenas. Em sua maioria camponesas, elas também eram pescadoras, quilombolas, ribeirinhas, sem-terra, quebradeiras de coco, vazanteiras e membros de dezenas de outras comunidades tradicionais – que a maioria dos brasileiros desconhece. Em sua 6ª edição, a Marcha das Margaridas além de colorir a cinzenta – e, nesta época, empoeirada – Esplanada dos Ministérios de diversos tons de lilás, também marcou com urucum e jenipapo – tinturas naturais utilizadas pelas indígenas para fazerem suas pinturas – as ruas de Brasília.

Segundo diversas falas das participantes, as duas emocionantes marchas foram pautadas pelo AMOR. A repetida mensagem era: “é pelo amor a esta terra, às suas águas, florestas, animais e plantas que nós resistimos a qualquer projeto que priorize a morte, em detrimento da vida. Foi o amor que nos trouxe aqui e é pelo amor que seguiremos, todos os dias, na luta pela vida. Não só pela nossa vida, mas a de todos os seres vivos”.

Sintonizadas, essas mulheres do campo, da floresta e da cidade denunciaram o drástico aumento da violência no campo; o desmatamento da Amazônia e do Cerrado; a entrega dos bens naturais – como água, biodiversidade e minérios – do país a corporações brasileiras e estrangeiras; a paralisação da demarcação das terras indígenas; a invasão e destruição dos territórios tradicionais; a contaminação causada pelos agrotóxicos; a criminalização de lideranças de seus movimentos; e diversas políticas do atual governo que sequestram direitos e as levam a se preocupar com fantasmas como a fome e a miséria, que voltam a rondar as casas de milhões de brasileiros.

Fonte de muita inspiração, apesar dos tantos desafios que tiveram que enfrentar (como o intenso frio no acampamento, a distância da família e algumas não falarem português, dentre outros), essas mulheres ocuparam as ruas da Capital Federal por muitas horas para dizer que há muitas outras formas de se viver, com dignidade, respeito e abundância, quando não se coloca o lucro acima da vida e quando não se transforma tudo-tudo-tudo em mercadoria. Cheias de empatia, elas sugerem priorizar a solidariedade, a agroecologia, o cuidado, o feminismo, a democracia, a soberania, a sustentabilidade.

De netas a bisavós

Em ambas as marchas, várias gerações estavam presentes, netas, mães, tias, filhas, avós e até bisavós, todas estavam ali. Algumas idosas apoiavam-se entre si durante a marcha. Outras tocavam tambor, intensamente, dando ainda mais brilho aos seus cabelos totalmente brancos. Em um momento em que os direitos dessas mulheres estão sendo retirados, havia uma espécie de vibração diferente, positiva, entusiasmada. Cada troca de olhar trazia força. Cada sorriso transmitia confiança. Cada toque de atabaque, berimbau, maracá empoderava ainda mais aquelas meninas, mulheres, anciãs. Foram momentos de alimentar a esperança.

Vale ressaltar que, especialmente, na Marcha das Mulheres Indígenas, muitas mães amamentavam seus bebês, que estavam, graciosamente, por todos os cantos. Uma percepção sutil, mas que explicita algo bastante real: para os povos indígenas sobreviver significa lutar e, por isso, é preciso que comecem cedo, muito cedo.

Indiscutivelmente, temos muito o que aprender com a sabedoria e a sensibilidade das anciãs indígenas, camponesas e de tantas comunidades tradicionais deste tão sofrido – e, ao mesmo tempo, tão pluralmente rico – Brasil.

Mães da resistência

Nos quatro cantos do Brasil, as mulheres indígenas enfrentam uma realidade bastante perversa. Com o propósito de conseguirem dar visibilidade aos desafios que vivem diariamente nas suas terras e fortalecerem suas lutas, mais de 1.500 mulheres se organizaram nas cinco regiões do país e foram a Brasília exigir que os seus direitos à vida, ao território e ao seu modo de vida tradicional sejam respeitados.

Já são mais de 100 povos presentes na capital federal, representados no 1º Fórum e na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. T tamanha diversidade se expressa nos diversos rituais, danças, cantos e pinturas que se iniciam logo ao amanhecer e se revezam o dia todo. Os maracás – chocalhos indígenas –, só descansaram bem tarde na primeira noite do acampamento.

Apesar do frio, característico do Cerrado nesta época do ano, a união de tantas guerreiras manteve o fogo da esperança aceso: “não desistiremos nunca de nossas florestas e de nossos territórios, eles representam a Mãe Terra, que é nossa própria

vida”, afirmou Cunllung Teié, no cair da tarde, para toda a plenária. Membro do povo Xokleng, de Santa Catarina, ela integra uma geração de antigas lideranças mulheres que décadas atrás já vinha a Brasília reivindicar respeito aos direitos dos povos originários deste país.

Professora e jovem, Glicélia Tupinambá, da aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia concorda com a anciã. “O que a gente enfrenta em nossos territórios é um desrespeito inaceitável aos povos originários deste país. Nós, mulheres indígenas, viemos aqui pra Brasília pra dizer que seguiremos na linha de frente, enfrentando tudo o que for necessário pra garantir a proteção das nossas matas, dos nossos filhos e o futuro dos nossos povos”, declarou ela.

Em sintonia, Alessandra Munduruku, declarou, enfática: “É muito importante o que está acontecendo aqui. Estamos ligadas como uma árvore grande, com cada galho da árvore ligado, umas nas outras”.

Café na esteira

Em vários depoimentos, as mulheres indígenas denunciaram a desnutrição de suas crianças. Compartilharam que, em acampamentos de lona, montados na estreita faixa de terra entre a rodovia e as cercas de latifúndios, alguns povos vivenciam o frio e a fome diariamente. Seus territórios tradicionais, mesmo os homologados, têm sido invadidos por madeireiros, garimpeiros e outros criminosos. Inúmeras situações de preconceito e abusos de autoridade ocorrem, com frequência, nas cidades, escolas, universidades e nos hospitais. Disseram ainda que meninas indígenas se prostituem nas BRs para comprar comida para suas famílias.

Além destas violações de direitos, elas denunciaram que o próprio governo agrava bastante a situação, ao promover um enorme retrocesso em relação à saúde e educação diferenciadas. O testemunho sobre o aumento das violências praticadas especialmente pela disputa territorial, como as invasões, o loteamento, os roubos de bens naturais e as criminalizações de lideranças foi recorrente durante as rodas de conversa realizadas no início da tarde.

Pela saúde, ocuparam a Sesai

Logo após o café da manhã do dia 12 de agosto, as mulheres indígenas deixaram suas barracas e se organizaram em filas com suas faixas e cartazes. O destino era o prédio do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios, para protesto na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Novamente, cantando e tocando seus maracás, elas ouviam do carro de som algumas lideranças afirmarem que saúde com qualidade não é um privilégio, mas sim um direito inscrito na Constituição Federal. Direito este que está muito distante de suas realidades nos territórios e nos postos de atendimento, onde o abandono é o cenário mais comum. Após ocuparem de forma pacífica várias áreas do prédio da Sesai, em uma só voz, elas exigiram o fim do desmonte da saúde indígena e a saída imediata da atual secretária Especial de Saúde Indígena, Sílvia Nobre Wajãpi.

Devido ao seu descaso com os povos e a própria saúde indígena, a secretária foi bastante rechaçada pelas lideranças. “Sílvia não representa as mulheres indígenas”, afirmou Célia Xakriabá. Outra liderança que não se identificou no microfone disse que o espírito dos Wajãpi não habita mais o corpo da secretária, que teria sido tomado pelo capitalismo. Sílvia não recebeu as lideranças para conversar.

Diante deste descaso, as mulheres indígenas mantiveram a ocupação da Sesai no início da tarde, que deve se prolongar até a noite. Dos seus modos, elas explicitam que não abrem mão de seus direitos básicos.

“Uma das coisas que me chama atenção aqui é este rompante de mulheres que surgem das aldeias, dos territórios. Primeiro, reconhecemos nossas realidades, tão comuns. Em seguida, a gente percebe o tamanho da força que temos. Estamos fortalecendo nossos corpos e nossos espíritos. Nossa força será muito maior na luta por nossos territórios. É como uma gigante onda. Ninguém pode nos segurar. Somos as mães da resistência secular dos povos indígenas!”, resumiu Eunice Kerexu, do povo Guarani, moradora da Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina.

Fotos: Tiago Miotto/Cimi



Sintonizadas, essas mulheres do campo, da floresta e da cidade denunciaram o drástico aumento da violência no campo; o desmatamento da Amazônia e do Cerrado



DOCUMENTO FINAL Marcha das Mulheres Indígenas

“Território: nosso corpo, nosso espírito”

Se fere a nossa existência,
seremos resistência

Nós, 2.500 mulheres de mais de 130 diferentes povos indígenas, representando todas as regiões do Brasil, reunidas em Brasília (DF), no período de 10 a 14 de agosto de 2019, concebemos coletivamente esse grande encontro marcado pela realização do nosso 1o Fórum e 1a Marcha das Mulheres Indígenas, queremos dizer ao mundo que estamos em permanente processo de luta em defesa do “Território: nosso corpo, nosso espírito”. E para que nossas vozes ecoem em todo o mundo, reafirmamos nossas manifestações.

Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência.

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios.

Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital. Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito.

Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura.

Quando cuidamos de nossos territórios, o que naturalmente já é parte de nossa cultura, estamos garantindo



Fotos: Tiago Miotto/Cimi



o bem de todo o planeta, pois cuidamos das florestas, do ar, das águas, dos solos. A maior parte da biodiversidade do mundo está sob os cuidados dos povos indígenas e, assim, contribuimos para sustentar a vida na Terra.

A liberdade de expressão em nossas línguas próprias, é também fundamental para nós. Muitas de nossas línguas seguem vivas. Resistiram às violências coloniais que nos obrigaram ao uso da língua estrangeira, e ao apagamento de nossas formas próprias de expressar nossas vivências. Nós mulheres temos um papel significativo na transmissão da força dos nossos saberes ancestrais por meio da transmissão da língua.

Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saibam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida.

Assim, tudo o que tem sido defendido e realizado pelo atual governo contraria frontalmente essa forma

de proteção e cuidado com a Mãe Terra, aniquilando os direitos que, com muita luta, nós conquistamos. A não demarcação de terras indígenas, o incentivo à liberação da mineração e do arrendamento, a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, o financiamento do armamento no campo, os desmontes das políticas indigenista e ambiental, demonstram isso.

Nosso dever como mulheres indígenas e como lideranças, é fortalecer e valorizar nosso conhecimento tradicional, garantir os nossos saberes, ancestralidades e cultura, conhecendo e defendendo nosso direito, honrando a memória das que vieram antes de nós. É saber lutar da nossa forma para potencializar a prática de nossa espiritualidade, e afastar tudo o que atenta contra as nossas existências.

Por tudo isso, e a partir das redes que tecemos nesse encontro, nós dizemos ao mundo que iremos lutar incansavelmente para:

1. Garantir a demarcação das terras indígenas, pois violar nossa mãe terra é violentar nosso próprio corpo e nossa vida;
2. Assegurar nosso direito à posse plena de nossos territórios, defendendo-os e exigindo do estado brasileiro que proíba a exploração mineratória, que nos envenena com mercúrio e outras substâncias tóxicas, o arrendamento e a cobiça do agronegócio e as invasões ilegais que roubam os nossos recursos naturais e os utilizam apenas para gerar lucro, sem se preocupar com a manutenção da vida no planeta;
3. Garantir o direito irrestrito ao atendimento diferenciado à saúde a nossos povos, com a manutenção e a qualificação do Subsistema e da Secretaria Especial Saúde Indígena (SESAI). Lutamos e seguiremos lutando pelos serviços públicos oferecidos pelo SUS e pela manutenção e qualificação contínua da Política Nacional de Atendimento à Saúde a nossos povos, seja em nossos territórios, ou em contextos urbanos.

Não aceitamos a privatização, a municipalização ou estadualização do atendimento à saúde dos nossos povos. Lutamos e lutaremos para que a gestão da SESAI seja exercida por profissionais que reúnam qualificações técnicas e políticas que passem pela compreensão das especificidades envolvidas na prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas. Não basta termos uma indígena à frente do órgão. É preciso garantirmos uma gestão sensível a todas as questões que nos são caras no âmbito desse tema, respeitando nossas práticas tradicionais de promoção à saúde, nossas medecinas tradicionais, nossas parteiras e modos de realização de partos naturais, e os saberes de nossas lideranças espirituais. Conforme nossas ciências indígenas, a saúde não provém da somente da prescrição de princípios ativos, e a cura é resultado de



interações subjetivas, emocionais, culturais, e fundamentalmente espirituais.

4. Reivindicar ao Supremo Tribunal Federal (STF), que não permita, nem legitime nenhuma reinterpretação retrógrada e restritiva do direito originário às nossas terras tradicionais. Esperamos que, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklanô, do povo Xokleng, considerado de Repercussão Geral, o STF reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e que exclua, em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Fato Indígena (Marco Temporal);

5. Exigir que todo o Poder Judiciário que, no âmbito da igualdade de todos perante a lei, faça valer nosso direito à diferença e, portanto, o nosso direito de acesso à justiça. Garantir uma sociedade justa e democrática significa assegurar o direito à diversidade, também previsto na Constituição. Exigimos o respeito aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, que incluem, entre outros, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Convenções da Diversidade Cultural, Biológica e do Clima, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas;

6. Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão;

7. Combater a discriminação dos indígenas nos espaços de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo;

8. Defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e nutrida pelo espírito da mãe terra;

9. Assegurar o direito a uma educação diferenciada para nossas crianças e jovens, que seja de qualidade e que respeite nossas línguas e valorize nossas tradições. Exigimos a implementação das 25 propostas da segunda Conferência Nacional e dos territórios etnoeducacionais, a recomposição das condições e espaços institucionais, a exemplo da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena na estrutura administrativa do Ministério da Educação para assegurar a nossa incidência na formulação da política de educação escolar indígena e no atendimento das nossas demandas que envolvem, por exemplo, a melhoria

da infraestrutura das escolas indígenas, a formação e contratação dos professores indígenas, a elaboração de material didático diferenciado;

10. Garantir uma política pública indigenista que contribua efetivamente para a promoção, o fomento, e a garantia de nossos direitos, que planeje, implemente e monitore de forma participativa, dialogada com nossas organizações, ações que considerem nossas diversidades e as pautas prioritárias do Movimento Indígena;

11. Reafirmar a necessidade de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos nossos povos. As políticas públicas precisam ser pautadas nas especificidades, diversidades, e contexto social de cada povo, respeitando nossos conceitos de família, educação, fases da vida, trabalho e pobreza.

12. Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres;

13. Fortalecer o movimento indígena, agregando conhecimentos de gênero e geracionais;

14. Combater de forma irreductível e inegociável, posicionamentos racistas e anti-indígenas. Exigimos o fim da violência, da criminalização e discriminação contra os nossos povos e lideranças, praticadas inclusive por agentes públicos, assegurando a punição dos responsáveis, a reparação dos danos causados e comprometimento das instâncias de governo na proteção das nossas vidas.

Por fim, reafirmamos o nosso compromisso de fortalecer as alianças com mulheres de todos os setores da sociedade no Brasil e no mundo, do campo e da cidade, da floresta e das águas, que também são atacadas em seus direitos e formas de existência.

Temos a responsabilidade de plantar, transmitir, transcender, e compartilhar nossos conhecimentos, assim como fizeram nossas ancestrais, e todos os que nos antecederam, contribuindo para que fortaleçamos, juntas e em pé de igualdade com os homens, que por nós foram gerados, nosso poder de luta, de decisão, de representação, e de cuidado para com nossos territórios.

Somos responsáveis pela fecundação e pela manutenção de nosso solo sagrado. Seremos sempre guerreiras em defesa da existência de nossos povos e da Mãe Terra.

Brasília (DF), 14 de agosto de 2019.

Saúde Indígena

Em Roraima, Operação Quíron deflagra investigação da PF sobre desvios de verbas da saúde indígena

Por **J.Rosha**, Assessoria de Comunicação - Cimi Regional Norte I

A sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste, na cidade de Boa Vista (RR), passou a maior parte da manhã de 1º de agosto fechada. O motivo foi a deflagração da Operação Quíron, da Polícia Federal, em cumprimento a mandado expedido pela 1ª Vara da Justiça Federal de Roraima para cinco buscas e apreensões. As investigações se desenrolaram desde abril passado e tinham por finalidade apurar denúncias de corrupção, organização criminosa, lavagem de dinheiro e outros casos apontados por servidores do órgão.

As investigações revelaram que a empresa contratada para fornecer e receber produtos hospitalares teria realizado supostos desvios de recursos, juntamente com um ex-coordenador do Dsei, e contado com a participação de uma farmacêutica do órgão. De acordo com as informações do inquérito, a empresa teria recebido cerca de R\$ 600 mil para a compra de medicamentos e produtos hospitalares. Os servidores, porém, ao conferir a quantidade do material recebido, constataram a falta da maior parte dos produtos indicados na lista de aquisições; apenas R\$ 16 mil em produtos chegaram aos estoques do Dsei.

Indígenas de aldeias no interior da Amazônia têm denunciado com frequência as dificuldades no tratamento da saúde. Falta medicamentos, maior presença de profissionais nas aldeias e muitas vezes falta combustível para os veículos que fazem remoção dos doentes. Diante disso, lideranças e representantes nos Conselhos Distritais – instância de controle social – gritam por providências que nem sempre são ouvidas pelo governo federal.

Indicações políticas

Não são apenas os indícios de corrupção, agora em investigação pela Polícia Federal, que prejudicam a saúde indígena em Roraima. O atual coordenador do Dsei, Victor Paracat, é uma indicação do deputado federal Chico Rodrigues (DEM), substituindo o que fora indicado anteriormente por Édio Lopes (PL). Empossado no dia 14 de maio, Paracat entrou em choque com as lideranças indígenas desde o momento de sua posse. Nos últimos dias, ele não tem respeitado as diretrizes determinadas pelo controle social, conforme aponta o vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Pereira.

Em nota, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Dsei Leste, Adelinaldo Rodrigues da Silva, elogiou a atuação da Polícia Federal na deflagração da Operação Quíron e afirmou que “este Conselho não compactua com nenhum tipo de irregularidade que venha causar prejuízo ao serviço da atenção básica nas comunidades indígenas atendidas”. Silva enfatiza que irá continuar fiscalizando a prestação dos serviços “e denunciando irregularidades quando for necessário para os órgãos competentes para que possam tomar as devidas providências”.

O vice-coordenador do CIR também elogiou a ação da Polícia Federal, mas acrescentou que é necessário que as investigações se estendam a outras empresas prestadoras de serviços para a Sesai. “É preciso ir até a raiz dos problemas”, destacou Edinho Pereira.



Foto: Roque Neto/Rede Amazônica Roraima

PF cumpriu cinco mandados de busca e apreensão no dia 1 de agosto

Wajãpi relatam fuga de aldeia após invasão por homens armados; cacique é morto e caso repercute na ONU

Após assassinato de liderança dentro do território, Conselho das Aldeias Wajãpi (Apina) relata ocupação de aldeia por homens armados

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

O Conselho das Aldeias Wajãpi (Apina) afirma que uma aldeia inteira, dentro da Terra Indígena Wajãpi, chegou a ser tomada por invasores não-indígenas que eles denunciavam como responsáveis pelo assassinato do chefe Emyra Wajãpi, ocorrido no dia 22 de julho.

Os indígenas relatam que encontraram evidências de que a morte de Emyra foi causada por “pessoas não-indígenas, de fora da Terra Indígena”. Em nota, lideranças do povo contam, ainda, que na noite do dia 26 de julho um grupo de invasores ocupou à força uma casa da aldeia Yvytotô, no interior da Terra Indígena, ameaçando seus moradores. Um documento da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que os invasores não-indígenas eram entre dez e quinze pessoas “de posse de armas de fogo de grosso calibre”.

“No dia seguinte, os moradores do Yvytotô fugiram com medo para outra aldeia na mesma região”, afirma a Apina. A organização Wajãpi destaca que invasores também foram vistos nas proximidades de outra aldeia, chamada Karapijuty, e que no sábado chegaram a ser ouvidos tiros na região da aldeia Jakare, próxima à BR-210.

No momento, entretanto, também não havia indígenas nessa aldeia, que fica no caminho de saída da terra indígena. Segundo relatos, a área foi abandonada pelos Wajãpi, com receio de que os invasores, em fuga, pudessem passar por lá.

No sábado, após denúncia do vereador Jawaruwa Wajãpi, do município de Pedra Branca do Amapari (AP), o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) divulgou em suas redes sociais o assassinato e a invasão à terra dos Wajãpi. “Estamos pedindo socorro”, afirmou o vereador. “Uma comunidade Wajãpi está em risco de morte e briga. Precisamos dar segurança para as famílias que se encontram no norte da TI Wajãpi”.

No mesmo dia, o Ministério Público Federal (MPF) abriu uma apuração sobre a morte do chefe Wajãpi e a possível invasão de garimpeiros na terra indígena. Deslocado para o local, um efetivo da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) chegou à terra indígena na manhã de domingo.

Bolsonaro defende exploração de terras indígenas

A grave situação ocorre em meio às insistentes declarações do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros em defesa da exploração e da legalização da mineração em terras indígenas. Na semana em que os ataques aos Wajãpi ocorreram, Bolsonaro criticou publicamente ao menos duas vezes as demarcações de terras indígenas e defendeu a “legalização do garimpo”.

A primeira delas, no dia 25 de julho, a afirmação foi feita durante reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). No dia 27, data em que os conflitos na TI Wajãpi vieram a público, Bolsonaro afirmou, durante uma formatura na Vila Militar do Rio de Janeiro, que

está buscando o “primeiro mundo para explorar essas áreas em parceria e agregando valor”. O presidente destacou que esta será uma das atribuições de seu filho, Eduardo Bolsonaro, na embaixada dos EUA, para a qual foi indicado pelo pai.

Em março, o ministro de Minas e Energia de Bolsonaro, Bento Albuquerque, em um evento com investidores e grandes empresários estrangeiros do setor, no Canadá, afirmou que o governo poderá “autorizar” a mineração em terras indígenas sem que os povos fossem consultados.

“Os discursos de ódio e agressão do presidente Bolsonaro e demais representantes de seu governo servem de combustível e estimulam a invasão, o esbulho territorial e ações violentas contra os povos indígenas em nosso país”, afirma, em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Foto: Rede de Cooperação Amazônica (RCA)



Os Wajãpi, ao longo dos anos, sofreram com diversas ameaças e invasões provocadas por garimpeiros, iniciadas na década de 1970

Nota do Apina sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi

Nós do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina queremos divulgar as informações que temos até agora sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi.

2ª feira, dia 22/07, no final da tarde, o chefe Emyra Wajãpi foi morto de forma violenta na região da sua aldeia Waseity, próxima à aldeia Mariry. A morte não foi testemunhada por nenhum Wajãpi e só foi percebida e divulgada para todas as aldeias na manhã do dia seguinte (3ª feira, dia 23). Nos dias seguintes, parentes examinaram o local e encontraram rastros e outros sinais de que a morte foi causada por pessoas não-indígenas, de fora da Terra Indígena.

6ª feira, dia 26, os Wajãpi da aldeia Yvytotô, que fica na mesma região, encontraram um grupo de não-índios armados nos arredores da aldeia e avisaram as demais

aldeias pelo rádio. À noite, os invasores entraram na aldeia e se instalaram em uma das casas, ameaçando os moradores. No dia seguinte, os moradores do Yvytotô fugiram com medo para outra aldeia na mesma região (aldeia Mariry). No dia 26 à noite nós informamos a Funai e o MPF sobre a invasão e pedimos para a PF ser acionada. Na madrugada de sexta para sábado, moradores da aldeia Karapijuty avistaram um invasor perto de sua aldeia.

No dia 27, sábado, nós começamos a divulgar a notícia para nossos aliados, na tentativa de apressar a vinda da Polícia Federal. Um grupo de guerreiros wajãpi de outras regiões da Terra Indígena foi até a região do Mariry para dar apoio aos moradores de lá enquanto a Polícia Federal não chegasse. No dia 27 à tarde, representantes da Funai

chegaram à TIW e foram até a aldeia Jakare entrevistar parentes do chefe morto, que se deslocaram até lá. Os representantes da Funai voltaram para Macapá para acionar a Polícia Federal. Os guerreiros wajãpi ficaram de guarda próximo ao local onde os invasores se encontram e nas aldeias que ficam na rota de saída da Terra Indígena. Durante a noite, foram ouvidos tiros na região da aldeia Jakare, junto à BR 210, onde não havia nenhum Wajãpi.

No dia 28 pela manhã um grupo de policiais federais e do BOPE chegou à TIW e se dirigiu ao local para prender os invasores.

Isso é o que sabemos até agora. Quando tivermos mais informações faremos outro documento para divulgação.

Posto Aramirã – Terra Indígena Wajãpi, 28 de julho de 2019.

Foto: Rede de Cooperação Amazônica (RCA)



Povo Wajãpi, durante comemoração dos vinte anos da demarcação da TI, em 2016

“Esperamos que os órgãos e autoridades públicas tomem medidas urgentes, estruturantes e isentas politicamente para identificar e punir, na forma da lei, os responsáveis pelo ataque aos Wajãpi”, reivindica o Cimi.

Nos últimos dias, diversas organizações, entidades, artistas e políticos manifestaram-se em apoio aos Wajãpi. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defende que seja assegurada a integridade dos Wajãpi e sejam “apuradas as notícias da ocorrência de crimes de homicídio e esbulho possessório”.

A Articulação Dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp) afirma que as declarações de Bolsonaro em favor da abertura das terras tradicionais à exploração, ao agronegócio e à mineração “contribuem com as invasões nas terras indígenas, levando o assassinato de nosso povo”.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas informou, no dia 27, ter solicitado providências ao Ministério da Justiça e exigiu que sejam garantidos aos povos originários “medidas que evitem a prática constante contra a vida e os seus bens e de proteção devida diante da grave violação dos seus direitos”.

No mesmo dia, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) manifestou preocupação com as informações recebidas sobre o caso e afirmou ter solicitado “a devida diligência do Estado brasileiro para proteger e prevenir possíveis violações” dos direitos humanos dos Wajãpi.

A relatora da ONU para os Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, afirmou ao UOL que os conflitos no Amapá tem relação com as recorrentes manifestações de Bolsonaro contra os direitos dos povos indígenas e a favor da exploração de suas terras.

“Ele é o chefe-de-estado e, ao fazer tais pronunciamentos nessa linha, então claro que esses grupos vão tentar controlar essas terras, invadir esses territórios”, criticou Tauli-Corpuz.

Histórico de conflito

Os Wajãpi, ao longo dos anos, sofreram com diversas ameaças e invasões provocadas por garimpeiros, iniciadas na década de 1970, explica, em postagem de sua página pessoal no Facebook, a pesquisadora e professora da Universidade de São Paulo (USP) Dominique Gallois. Tais conflitos foram agravados pela construção, naquela mesma década, da estrada Perimetral Norte, que cruza a terra indígena, demarcada apenas em 1996. No decurso dos anos, diversos Wajãpi morreram infectados pelo sarampo que era levado pelos invasores.

“Ninguém esperava que, tantos anos depois, surgisse novamente o pesadelo das invasões de garimpeiros. Voltou à tona o medo das violências e da contaminação por doenças”, afirma Gallois, indicando que a memória das invasões antigas reacende, entre os Wajãpi, o temor de novos massacres.

Povo Munduruku expulsa madeireiros de seu território durante autodemarcação

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

O povo Munduruku do Médio e do Alto Tapajós realizou, no final de julho, a quinta etapa da autodemarcação da Terra Indígena Sawre Muybu, chamada pelos indígenas de território Daje Kapap Eipi. Os Munduruku afirmam ter encontrado aberturas e vários ramais de madeireiros e palmiteiros no interior da terra indígena, e expulsado os invasores da área, durante uma expedição de mais de cem quilômetros território adentro.

“Nós expulsamos dois grupos de madeireiros que invadiram o nosso território. Ficamos muito revoltados por ver as nossas árvores derrubadas e as nossas castanheiras como torra de madeira em cima de um caminhão”, relatam os Munduruku, em comunicado da Associação Indígena Pariri publicada no dia 29 de julho.

A Associação afirma que os indígenas deram um prazo de três dias para que os invasores retirassem seu maquinário de dentro da terra. “E com muita pressão, eles passaram a madrugada toda retirando 11 máquinas pesadas, dois caminhões, um quadriciclo, uma balsa e oito motos. Todos sem placa”, aponta a nota.

Os indígenas também contam que tiveram beber “água suja do rio Jamaxim”, em função da poluição provocada pelo garimpo ilegal.

“Sozinhos conseguimos expulsar madeireiros que nem o ICMBio, Ibama e Funai conseguiram”, criticam os Munduruku. “Os invasores estão matando a nossa vida e derramando a sangue da nossa floresta. A nossa vida está em perigo”.

Em 2014, o povo Munduruku iniciou a autodemarcação da Sawre Muybu, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação foi publicado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) apenas em 2016, após muita pressão dos indígenas. No mesmo ano, o Ibama arquivou o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) São Luís do Tapajós, que seria construída no curso médio do rio Tapajós e afetaria diretamente o território Munduruku, alagando inclusive algumas aldeias. Apesar do arquivamento, os planos de construção da hidrelétrica seguem presentes e ainda ameaçam demarcação da área.

Nos últimos anos, os indígenas vêm lutando contra os grandes projetos e denunciando as invasões de madeireiros, garimpeiros e palmiteiros na terra indígena. “Será que vai precisar morrer outros parentes, como aconteceu com a liderança Wajãpi, para que os órgãos competentes atuem?”, questionam os Munduruku. ♦

Foto: Povo Munduruku



Indígenas Munduruku dominam um caminhão que retirava madeira do interior da Terra Indígena Sawre Muybu

Apib: Nota de repúdio ao laudo preliminar da PF sobre o assassinato do cacique Wajãpi

É com completa indignação que recebemos a notícia do laudo da Polícia Federal sobre a morte do cacique Emyrá Wajãpi, no qual o órgão nega os indícios de assassinato e afirma que o exame sugere fortemente a ocorrência de afogamento.

Em comunicado, a PF explicou que “apesar das informações iniciais darem conta de invasão de garimpeiros na terra indígena e sugerirem possível confronto com os índios, que teria ocasionado a morte da liderança indígena, o laudo necroscópico não apontou tais circunstâncias”.

Um verdadeiro absurdo! Este laudo contradiz o testemunho de indígenas que lá estavam corroborados pela APINA – Conselho das Aldeias Wajãpi, além do relato da prefeita de Pedra Branca, do comandante da PM, coronel Paulo Mathias, e de outras autoridades que acompanharam de perto caso e que afirmam que haviam sim indícios claro de que um assassinato foi cometido!

Além disso, um garimpeiro foi preso do dia 08 de agosto na Reserva Extrativista Brilho de Fogo, em Pedra Branca do Amapari, a oeste da Terra Indígena Wajãpi. Com ele, foram apreendidas duas espingardas calibres 12 e 20, além de mantimentos e farta munição, conforme já havia

sido denunciado sucessivas vezes pela APINA há semanas!

Uma autoridade local, que prefere não ser identificada, informou inclusive que a autópsia foi feita apenas com um pedaço do corpo do cacique assassinado, sem nenhum rigor, mesmo diante da autorização do povo Wajãpi, que em prol da verdade, passaram por cima de suas crenças e autorizaram a exumação do corpo.

Ou seja, a perícia foi encaminhada de forma duvidosa e tem como objetivo descredibilizar a palavra dos indígenas e também encerrar as investigações, como já vem sendo tentado por autoridades, imprensa local, e especialmente, pelo Governo Federal interessados na exploração das terras Wajãpi.

Diante disso, repudiamos mais uma tentativa de descredibilizar a palavra do povo Wajãpi e denunciamos o descaso da Polícia Federal, comandada por um Governo Federal anti-indígena, para com o caso. Exigimos que providências sejam tomadas. Que as investigações sejam realizadas de maneira séria e responsável para que uma guerra e mais derramamento de sangue seja evitado.

nenhuma gota a mais!

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Assembleia Legislativa corta R\$ 65 milhões do orçamento indígena do Amazonas

Por **Elaíze Farias**, Amazônia Real

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) cortou R\$ 65 milhões da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019/2020 do governo estadual que seriam destinados às populações indígenas. Este valor também seria assegurado na Constituição Estadual. Agora, o único recurso destinado este ano aos povos indígenas do Amazonas são os R\$ 8 milhões do orçamento da Fundação Estadual do Índio (FEI), órgão sem autonomia financeira e administrativa, subordinado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc).

A decisão dos deputados atendeu à mensagem da reforma administrativa enviada no dia 3 de julho pelo governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), através do Projeto de Lei N.º 328 /2019. Em dezembro de 2018, os parlamentares do Amazonas aprovaram um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do então deputado estadual José Ricardo (PT), atualmente deputado federal, que destinava um percentual de 0,5% da receita líquida do Estado, o equivalente hoje a R\$ 65 milhões. Na mensagem enviada à Aleam este ano, Wilson Lima reduziu o percentual para 0,15% da receita tributária, o equivalente a R\$ 11 milhões.

Mas uma emenda coletiva apresentada no dia 12 de julho, onde os deputados se identificaram apenas com suas rubricas, retirou até mesmo este percentual de 0,15% da receita tributária, ficando apenas um texto que destina recursos aos povos indígenas sem garantia orçamentária. A LDO já com essas alterações foi publicada no Diário Oficial do Estado no último dia 5 de agosto. O relator da emenda coletiva foi o deputado estadual Belarmino Lins (PP).

A agência Amazônia Real apurou que dos 24 deputados estaduais, oito foram os autores da emenda coletiva, que cortou integralmente o Orçamento aos indígenas, cujas lideranças queriam que fossem geridas exclusivamente pela FEI. São eles: Cabo Maciel (PR), Alessandra Campêlo (MDB), Josué Neto (PSD), Ricardo Nicolau (PSD), Joana Darc (PR), Mayara Pinheiro (PP), Felipe Souza (PATRIOTA) e Roberto Cidade (PV).

A emenda foi anexada ao projeto do Executivo Estadual para a LDO, que foi aprovado no plenário no dia 12 de julho. Dezesete deputados foram a favor do corte, e dois foram contra. Cinco deputados faltaram à sessão.

A Amazônia Real procurou a líder do governo na Aleam, a deputada estadual Joana Darc, para ela falar sobre a emenda coletiva. A assessoria de imprensa da parlamentar disse que ela estava viajando e se manifestaria quando retornasse. O deputado Belarmino Lins foi procurado através de sua assessoria e assim que ele se manifestar sua resposta será incluída nesta reportagem.

A decisão dos deputados estaduais provocou protestos durante a 4ª Marcha dos Indígenas do Amazonas, realizada em agosto, reunindo cerca de 1.100 pessoas, a maioria vinda das comunidades dos 63 municípios do Amazonas, segundo estimou Yura Marubo, um dos coordenadores da mobilização. Ato aconteceu nas sedes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e da Aleam, nesta quarta-feira. Nesta quinta-feira (15), a mobilização aconteceu na frente da sede do governo do Amazonas, no bairro da Compensa, na zona oeste da cidade.

Segundo Gersem Baniwa, assessor técnico do Fórum de Educação e Saúde Indígena do Amazonas (Foreia), uma das entidades organizadoras da 4ª. Marcha, o percentual orçamentário destinado à FEI seria o primeiro garantido pela Constituição do Estado do Amazonas aos povos indígenas.

As lideranças da marcha também se reuniram com representantes da Seduc e da Sejusc, para buscar soluções diante do corte no orçamento. Na Seduc, os indígenas reuniram-se com o secretário em exercício Luíz Fabian Pereira. Já a titular da Sejusc, Carolina Braz, esteve presente



4ª Marcha dos Povos Indígenas na frente da sede do governo



Em protestos, as lideranças fizeram dois dias de mobilizações contra a decisão, que atendeu pedido do governador Wilson Lima (PSL)

na Chácara Kairós, onde os indígenas ficaram alojados. Durante o protesto, um grupo de indígenas se reuniu com o governador em exercício, Carlos Almeida (PRTB), quando eles tiveram oportunidade de entregar a cópia de um projeto plurianual destinado às políticas públicas dos povos indígenas.

Gersem Baniwa disse à Amazônia Real que, durante a audiência na Seduc, “não houve progresso na direção do orçamento”, mas houve medidas para a “construção de uma nova gestão e administração para melhorar a educação escolar indígena”.

“Queremos uma coordenação mais funcional e operacional. A ideia é criar uma secretaria adjunta para ter força política e administrativa e financeira”, disse Gersem Baniwa. “A gerência, como é hoje, não tem poder político-financeiro”. Apesar do diálogo com os órgãos do Estado, ele afirmou que a mobilização continuaria porque ainda não há “materialidade de mudanças dos retrocessos que ocorreram”.

Yura Marubo, membro do Foreia, lembrou que as demandas dos indígenas já haviam sido apresentadas em abril passado para o governo do Amazonas e que, como nada foi atendido, houve necessidade de uma nova mobilização.

“A gente solicitou a criação de uma secretaria adjunta de educação indígena para canalizar a construção de escolas, formação de área de educação indígena. Nada foi feito. A construção de escolas não se encaminhou. E ainda teve a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) da maldade que eliminou R\$ 65 milhões da legislação que garantia o orçamento aos povos indígenas do Amazonas. Isso é inconstitucional e os deputados votaram a favor disso. Queremos entrar com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra esse ato vergonhoso”, disse Yura Marubo.

Retrocesso na política indígena

A votação na Assembleia Legislativa do Amazonas que retirou o percentual da receita tributária destinada aos povos indígenas que havia sido garantido em 2018 surpreendeu as lideranças ouvidas pela reportagem.

Para Gersem Baniwa, a decisão da Aleam mostra que o governo do Amazonas vai continuar com uma “política de inferiorização, de periferização, e de falta de sensibilidade às demandas indígenas”.

“Estamos num cenário de forte retrocesso não só no governo federal, mas agora no cenário do governo do Amazonas, que era nossa esperança de equilibrar um pouco essas perdas. O cenário é muito ruim, desanimador, porque claramente mostra a insensibilidade e falta de compromisso desse governo estadual. Continua como sempre foi: sem orçamento. Não tem prioridade. São decisões sem diálogo com os índios. São simplesmente soluções e decisões arbitrárias, reduzindo e eliminando os poucos programas que havia aqui.”

Educação indígena deficitária

“O Amazonas tem os piores índices da educação escolar indígena. Quase metade das escolas, em torno de 1.100, não tem prédio próprio. A maioria das comunidades, cerca de 90 por cento, não tem escola de ensino médio para atender a demanda dos alunos que vem da educação básica e ensino fundamental. Essa situação vem patinando nos últimos 10, 15 anos. Não se acresce uma melhoria”, disse Gersem Baniwa à Amazônia Real.

Antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Baniwa diz que a situação já foi relatada várias vezes às autoridades públicas, e voltou ser lembrada na marcha de abril passado.

Gersem Baniwa completa: “No começo do ano, tínhamos os R\$ 65 milhões previstos aprovados ano passado para as demandas indígenas. Seria um recurso constitucional, um percentual anual garantido por lei. Nas votações que aprovaram a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) esse recurso foi anulado. Estamos na casa dos R\$ 8 milhões [da FEI], que é insignificante”, afirmou.

Em resposta aos questionamentos da Amazônia Real, a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) disse que a desvinculação [retirada] das receitas à Fundação Estadual do Índio não causa prejuízo aos povos indígenas porque o projeto de Lei Complementar do Executivo condicionou essa decisão ao “fortalecimento de políticas públicas voltadas aos povos indígenas no âmbito das secretarias estaduais de Educação e Saúde”. ♦

Foto: Foreia

Foto: Tharyn Machado Teixeira/ADUA



Foto: Lídia Farias/Cimi MS



Foto: Michelle Calazans/Cimi

Indígenas Kinikinau durante a 5ª Assembleia do povo. Em novembro de 2018, delegação Kinikinau esteve em Brasília para reivindicar seu território. Na imagem acima, Severina Kinikinau na Câmara Federal

“O direito é nosso, posso até derramar sangue no meu território, eu não vim de outro país”, afirma liderança Kinikinau

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Com o objetivo de retornar ao seu território tradicional, reivindicado há pelo menos 100 anos, por volta das 4h da manhã do dia 1o de agosto, cerca de 500 lideranças do povo Kinikinau, no Mato Grosso do Sul, realizaram uma retomada na Fazenda Água Branca, município de Aquidauana. O retorno ao lugar onde estão suas referências e raízes ancestrais, com direito de ocupação reservado pela Constituição Federal, durou apenas algumas horas.

Os Kinikinau estavam com a posse consolidada desde a madrugada. No final do dia, a polícia agiu sem ordem judicial. Cerca de 130 homens da Polícia Militar, apoiados por dois helicópteros, realizaram, já no final do dia, o despejo de forma violenta, com bombas e tiros de bala de borracha contra crianças, idosos e mulheres, chegando de surpresa em uma operação não esperada pelos Kinikinau, sem aviso prévio, e tampouco com autorização judicial – até o fechamento deste texto, a polícia não havia apresentado nenhum despacho judicial determinando o despejo sem comunicação antecipada e após o horário estabelecido por protocolos de direitos humanos.

“Eles chegaram já largando bomba e atirando, pegou na minha cabeça, eu tirei minha perna e atingiu minha cabeça, na hora eu caí e levantei. Eles vieram por de trás das casas atirando pra fazer isso com a gente. Eu tô no meu direito, o direito é nosso, eu posso derramar sangue no meu território, eu não vim de outro país, eu tenho o meu território aqui”, afirma Manoel Kinikinau.

De acordo com advogados consultados, a Constituição Federal veda expressamente a remoção de povos indígenas de suas terras ocupadas. “Além disso, os Kinikinau fizeram a retomada na madrugada e a posse estava consolidada. Apenas no final do dia a polícia realizou o despejo. No âmbito do Direito, a posse estava consolidada, sendo assim, só é possível reintegrar com decisão judicial”, explica a equipe da Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A decisão judicial, por sua vez, é acompanhada de notificação prévia à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à comunidade alvo.

Cacique Célio Kinikinau, da aldeia bananal, descreve o momento do ataque policial: “enquanto os anciãos e lideranças descansavam, e as crianças brincavam, eles chegaram jogando gás lacrimogêneo e atirando balas de borracha que acertou e feriu uma liderança do povo Kinikinau. Não teve nenhum diálogo, eles chegaram para machucar e tentar humilhar o povo Kinikinau, realmente”.

Conforme relato dos indígenas, enquanto estavam sendo atacados pela Polícia Militar destacaram um Kinikinau para tentar fazer contato com o delegado da Polícia Federal de Aquidauana. Conforme os indígenas, o delegado teria dito “não poder fazer nada, e que o mesmo não se responsa-



Foto: Povo Kinikinau

Manoel Kinikinau ferido após ataque da polícia militar à retomada com bombas e tiros de bala de borracha

bilizaria pelo que viesse a acontecer, afinal a PM estaria cumprindo a suposta ordem policial de retirar os índios”.

Lideranças Kinikinau chegaram a pedir ao chefe da operação que mostrasse a eles a ordem judicial de reintegração de posse. Porém, isso não aconteceu. O comandante teria desconversado, entre negativas, o que abriu indícios aos indígenas de se tratar de uma ação da extrajudicial. De tal maneira, os Kinikinau exigem uma investigação sobre a investigação que feriu indígenas e aterrorizou um povo que há um século luta pelo território tradicional no qual tentaram reaver apenas um pedaço com a retomada desta quinta.

Na sexta-feira, dia 2 de agosto, um grupo de advogados e advogadas ligados aos Juristas pela Democracia, Defensoria Pública da União, membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Coletivo Terra Vermelha visitaram a comunidade Kinikinau de Agachi para prestar solidariedade, ouvir e relatar providências a serem tomadas sobre o fato bárbaro do despejo ilícito, realizado pela polícia do Estado do Mato Grosso do Sul, que culminou no ferimento de liderança Kinikinau.

Áudios nas redes sociais: “ordem de Brasília”

Diferentes áudios que circulam na internet, atribuídos ao prefeito de Aquidauana, Odilon Robeiro, deixam a entender que ele tenha negociado a retirada dos indígenas da Fazenda Água Branca: “[...] vão tirar por bem

ou por mal, já me pediram aqui dois ônibus para levar 90 policiais militar (sic), lá já tem uns 40 e vai tirar ou por bem ou na força”, consta trecho de um dos áudios em posse dos indígenas e organizações de direitos humanos e indigenistas. O prefeito afirma que a ordem teria partido de Brasília e ainda argumenta, tropeçando em sua fala anterior, sobre a necessidade do governo se posicionar referente “à ordem e à paz para todos os que moram no país”.

Diante do ocorrido, a liderança do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara Federal solicitou esclarecimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Entre as solicitações, questiona sobre “a presença de uma equipe da Polícia Federal com o objetivo de coletar informações para repassar ao Ministério da Justiça. E também, questiona a presença da Polícia Militar, já que a competência constitucional é de competência da Polícia Federal”.

Em nota, a Aty Guasu, a Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá, diante da violência em andamento contra as lideranças do povo Kinikinau, convoca os indígenas contra o massacre e extermínio dos povos tradicionais. “Nós guerreiros do povo Guarani e Kaiowá estamos nos organizando e vamos proteger e defender a vida das crianças e a terra do povo Kinikinau juntamente com outros povos indígenas do Mato Grosso do Sul e do Brasil”.

A ação violenta causa apreensão e medo aos indígenas. No entanto, asseguram seguir a luta pelo território. “Estamos firmes e o povo Kinikinau segue acampado nos arredores de sua terra tradicional, junto ao povo Terena que hermanou seu apoio e solidariedade neste momento”, assegura Manoel Kinikinau. Seguido por dona Flaviana Kinikinau, “eu sou daqui, eu não vim de fora, eu só quero a minha terra de volta, nós queremos um lugar pra morar, um lugar pra deixar as minhas crianças, um lugar pro meus netos ficar”.

Quem são os Kinikinau?

O povo Kinikinau foi expulso de seus territórios tradicionais na região de Aquidauana e Miranda, no Mato Grosso do Sul, no início do século passado, e levado pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para a Terra Indígena Kadiwéu, na Serra de Bodoquena (MS), onde viveram por quase 100 anos. Além da negação de seus territórios tradicionais, o Estado brasileiro há época obrigou o povo Kinikinau a assumir a identidade de outros povos indígenas do Estado, integrando-se aos Terena.

A maior parte do povo Kinikinau encontra-se na aldeia São João, sudeste da Reserva Indígena Kadiwéu, no município de Porto Murtinho. Alguns vivem em aldeias Terena, nos municípios sul-mato-grossenses de Aquidauana (Bananal e Limão Verde), Miranda (Cachoeirinha e Lalima) e Nioaque (Água Branca e Brejão). ♦

Cabane-se: o chão, Abraão, é mais embaixo

Por José Ribamar Bessa Freire

TAQUIPRATI



Alter do Chão, distrito de Santarém (PA) à margem direita do rio Tapajós, foi um dos últimos bastiões da Cabanagem (1835-1840) - conflito armado de índios, negros e mestiços contra o colonizador português. Por isso, junto com Cuipiranga, recebeu de um líder cabano o título de “terra das últimas esperanças de salvação”. É nessa terra que residem hoje os estudantes indígenas Vandria Borari e Gilson Corrêa de Melo. Mas o general português Soares de Andrea, barão de Caçapava, que reprimiu os cabanos, disse que aquele chão era “o lugar para onde todos os demônios iam”. Foi para lá que se dirigiu Abraão Weintraub, ministro da Educação. Lá encontrou os estudantes.

O encontro no dia 22 de julho levou o ministro a sacrificar seus próprios filhos, o que nos lembra o episódio bíblico de Moriá em Jerusalém, a cidade sagrada da Judeia. Foi ali que Abraão, o patriarca, para provar que era temente a Deus, teria matado o filho Isaque, caso um Anjo do Senhor não tivesse lhe retirado a faca da mão. Se no séc. XVIII a.C. as redes sociais já existissem, quais os comentários de seus usuários sobre o gesto do velho patriarca? Não sabemos, mas em relação a Abraão Weintraub, foram muitas as críticas, uns condenando e outros defendendo a manifestação estudantil.

O resumo da ópera: Weintraub, ministro há menos de quatro meses, já em férias – merecidas? – jantava placidamente com mulher e filhos em restaurante numa praça. Embora o menu não tenha sido revelado, é provável que tenha optado por comida italiana, ele não tem o perfil de quem curte a culinária dos Borari, os primeiros habitantes do local. Não saberia apreciar a *piracaia* – o peixe assado na brasa, nem o *bolinho de piracuí* feito com farinha de peixe com sabor defumado.

Foi aí que três jovens ativistas do *Engajamundo* se acercaram à sua mesa, com outro cardápio: cartazes que criticavam a política educacional do governo, os cortes de verba na educação, o desmonte das políticas de cotas, a agressão às universidades como “lugar de balbúrdia”, o projeto *Future-se* de privatização das universidades públicas.

Férias malucas

O vídeo que registrou os fatos mostra jovens pacíficos e serenos, sem elevar a voz, sem perturbar sequer a mesa ao lado. Eles anunciaram com refinada ironia que iriam cortar três chocolates da sobremesa do ministro, a quem ofereceram *kafta*, em menção bem-humorada às suas conhecidas pisadas de bola. Era um “protesto lúdico” – diz a nota oficial da ONG *Engajamundo*, entidade sem fins lucrativos que reúne jovens de 15 a 29 anos e “*não tem rabo preso com nenhum partido, governo ou empresa*”. O vídeo mostra que se tratava de uma ponte estendida para iniciar um diálogo, naturalmente tenso, mas não necessariamente explosivo, sobre as medidas educacionais do atual governo.

O ministro, porém, não tem humor. Não dialoga. É truculento. Não sabe conviver civilizadamente com a divergência, não reconhece a legitimidade de seus opositores. Considera “afronta” qualquer crítica a políticas que prejudicam milhões de brasileiros. Recusou o diálogo. Deixou mulher e filhos sozinhos à mesa, foi ao palco, tomou autoritariamente o microfone do músico que cantava e não hesitou em usar suas crianças como escudo, sem que aparecesse um Anjo do Senhor para tapar sua boca. Monopolizou a palavra com discurso delirante, recheado de rancores e ressentimentos:



- “Não sou do PT, nunca roubei, estou com minha família de férias. Meus filhos ficaram comigo, não correram, mas estão chorando. Não existe respeito pela família, mulher, crianças. Fascista é quem mata criança como Che Guevara, ele matou um menino de 9 anos que ousou interceder pelo pai. Che era isso, o paradigma do mau caráter” – disse sem *fair play* o ministro, que já cantou *singing in the rain* em público e reforçava a imagem de que comunistas comem crianças.

Sua fala destemperada incendiou o ambiente e criou balbúrdia. Os jovens do *Engajamundo* se retiraram imediatamente do local, porque sacaram que o ministro não queria discutir políticas educacionais sobre as quais não deu uma única palavra. Mas o show continuou. Abraão usou a retórica do insulto do seu mestre Olavo de Carvalho para fugir do debate: xingar o interlocutor visto como inimigo e não como um co-enunciador. É isso que mostra o ótimo vídeo “*As férias malucas do ministro*” produzido pela *Meteoro Brasil*, um canal sobre cultura, ciência e filosofia, que desconstrói o discurso de Weintraub e revela como ele opera.

Os ovos de Hegel

A arenga do ministro nos lembra a história dos ovos de Hegel. No texto “*Quem pensa abstrato?*”, o filósofo alemão se diverte com os “argumentos” de uma velha trapaceira, que vendia ovos estragados na feira de Stuttgart. Uma freguesa reclama e a velha responde, xingando-a de prostituta e de filha de corno com adúltera. Hegel pergunta: afinal, o que a honra da moça tem a ver com os ovos podres? A feirante tinha de provar que os ovos não estavam estragados, da mesma forma que o ministro, em vez de historinhas *fake* sobre o Che, tinha de demonstrar que sua política atende o interesse público.

Mas os xingamentos incomodaram Vandria Borari e Gilson Tupinambá, estudantes indígenas da UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará sediada em Santarém, que



Deus pôs Abraão à prova, dizendo-lhe: “Tome seu único filho, Isaque, a quem você ama, e vá para a região de Moriá. Sacrifique-o ali como holocausto num dos montes que lhe indicarei”.
 (Gênesis, 22)

estavam na praça e nada tinham a ver com a organização do evento. Gilson pediu calma ao ministro:

- “Esta terra é nossa casa. Você está na nossa casa”.

O ministro berrou, confundindo seu ego com a pátria amada:

- “Essa terra é minha”.

Chamou o líder tupinambá de “safado” e se “justificou” posteriormente em outro vídeo:

- “ONGs internacionais que ficam caçando vagabundos, põem cocar na cabeça deles e falam que são índios”.

Vandria Borari, que no dia seguinte colava grau, se sentiu justamente ofendida e ainda tentou dialogar. Inutilmente.

- *Sou a primeira mulher indígena a me formar em direito na UFOPA* – ela disse.

Abraão foi vaiado por uns – a “gentalha cabana” e aplaudido por outros – “os homens de bem”, os puxa-sacos do poder: a Prefeitura de Santarém, a Associação Comercial, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Alter do Chão e até o reitor da UFOPA Hugo Alex Diniz, que devia defender seus alunos. Quase de cócoras, em notas oficiais, pediram desculpas ao ministro pela “hostilidade sofrida” diante de seus filhos.

Se Abraão não queria dialogar, mas brigar, que levasse seus filhos ao hotel e voltasse sozinho. Parece, no entanto, que sua tática teve um êxito relativo, porque até algumas pessoas sensatas, críticas e bem-intencionadas caíram no conto da vitimização e lhe prestaram solidariedade, desconsiderando que o discurso de vítima veio o tempo todo acompanhado de um comportamento ameaçador para intimidar e insultar quem dele divergia. Ali, quem dava as cartas era ele. Se o bate-boca for analisado no contexto dessas relações de poder, outra será a visão.

Os “falsos índios”

Postagens nas redes sociais repudiaram a manifestação legítima dos estudantes, identificando neles, de forma equivocada, a causa do constrangimento submetido às crianças, mas silenciaram, desacertadamente, sobre as ofensas aos índios classificados de “vagabundos”, “safados” e “falsos” índios. Se não são índios e entraram na universidade através de ações afirmativas, o ministro está implicitamente acusando de fraude a UFOPA, onde estudam 443 indígenas, que lutam para a manutenção da Bolsa Permanência que o ministro ameaça cortar.

Gilson, que estuda gestão pública, é da linhagem daqueles Tupinambá do litoral do nordeste que no séc. XVI fugiram das tropas portuguesas para não serem escravizados. Uma parte subiu o rio Amazonas até Chachapoya, no Peru. A outra se refugiou na missão jesuítica Santo Inácio de Loyola, no rio Tapajós. Seus avós foram entrevistados pelo padre Acuña no séc. XVII.

Vandria, a jovem advogada, é um dos 1.100 Borari que restaram do massacre da Cabanagem e permaneceram muito tempo camuflados para sobreviver. Sua mãe, dona Ramira, tinha uma barraca de comida na praia de Alter do Chão. Seu trabalho de conclusão de curso – “Terra Indígena Borari no município de Santarém (PA): Identidade e Cidadania” trata da invisibilização dos povos indígenas e das violações a seus direitos, que estimulam os conflitos. Discute a relação com o território, os sítios sagrados e arqueológicos. Seria leitura mais útil ao ministro do que textos de autores como Franz “Kafta”.

Que Gilson Tupinambá, Vandria Borari e seus colegas possam estudar e viver em paz na “terra das últimas esperanças de salvação”. Que esses descendentes de cabanos usem como arma a palavra e o argumento para ensinar ao ministro que Alter do Chão é mais embaixo.